
Review of the literature of riverside education in the Amazon

A revisão da literatura da educação ribeirinha na Amazônia

Received: 10-08-2024 | Accepted: 15-09-2024 | Published: 24-09-2024

Dilcelia Rodrigues Alves

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9879-2656>

Universidade Federal do Pará, Brazil

E-mail: dilceliarodrigues@yahoo.com.br

José Bittencourt da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5393-1170>

Universidade Federal do Pará, Brazil

E-mail: josebittencourtsilva@gmail.com

Salomao Antonio Mufarrej Hage

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2859-1346>

Universidade Federal do Pará, Brazil

E-mail: salomao@uol.com.br

ABSTRACT

The study is the result of Master's research, carried out with the Postgraduate Program in Curriculum and Management of Basic Schools (PPEB), of the Center for Transdisciplinary Studies in Basic Education (NEB) of the Federal University of Pará (UFPA) and aims to The objective is to carry out a literature review analysis on the theoretical production of riverside education. For the development of academic research, a qualitative approach was chosen, through bibliographic research to analyze scientific documents. The results indicate that education developed in the riverside territory is centered on the “urbanocentric” model, centered on the interests of capital. To counter this conception of teaching, entities and social groups have defended an education that respects the diversity of the field, encouraging the formulation of pedagogical projects that focus on recognizing the voices, stories and struggles of Amazonian populations.

Keywords: Riverside Population; Riverside Education in the Amazon; Literature review;

RESUMO

O estudo é resultado da pesquisa de Mestrado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e tem por objetivo é realizar uma análise de revisão de literatura sobre a produção teórica da educação ribeirinha. Para o desenvolvimento da investigação acadêmica elegeu-se a abordagem qualitativa, por meio da pesquisa bibliográfica para análise de documentos científicos. Os resultados indicam que a educação desenvolvida no território ribeirinho está centrada no modelo “urbanocêntrico,” centrado nos interesses do capital. Para contrapor-se a essa concepção de ensino, as entidades e grupos sociais têm defendido uma educação que respeita a diversidade do campo, incentivando a formulação de projetos pedagógicos que primam pelo reconhecimento das vozes, histórias e lutas das populações amazônicas.

Palavras-chave: População Ribeirinha; Educação Ribeirinha na Amazônia; Revisão da literatura;

INTRODUCTION

O estudo é resultado da pesquisa de Mestrado, realizado junto ao Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB), do Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica (NEB) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e tem por objetivo realizar uma análise de revisão de literatura sobre a produção teórica da educação ribeirinha na Amazônia¹. Essa coleta de dados apresentou achados e reflexões que contribuíram para o debate da temática e ao desenvolvimento da investigação acadêmica.

Na perspectiva de apropriação teórica, tem-se a necessidade de compreender que a característica principal está na relação dos sujeitos com os rios da Amazônia, como condição basilar no processo construção/reconstrução da organização de vida (Vasconcelos; Albarado, 2015). Dessa maneira, as escolas ribeirinhas devem estar em interface com as questões intrínsecas à realidade, e comprometidas na luta pela garantia de direitos dos povos. A educação é um direito de todos e deve ser materializada para os sujeitos que habitam nos diversos territórios do País. Nessa premissa, a Educação Ribeirinha vêm sendo objeto de debate no âmbito das universidades, entidades sociais e poder público que tratam sobre o atendimento educacional na região das Ilhas.

Em oposição à concepção de ensino do mercado capitalista, as entidades sociais e alguns grupos de pesquisa acadêmicas defendem a proposta educativa que envolve o modo de vida e os saberes historicamente construídos dos ribeirinhos em consonância com os conhecimentos científicos produzidos pela sociedade. Nessa premissa, os sujeitos que habitam na região das Ilhas têm encontrado nos princípios² da Educação do Campo a prerrogativa de construir uma escola que fortaleça as identidades e saberes, no empoderamento do embate político para a garantia dos direitos. Para responder o objeto da presente investigação científica, elaborou-se a seguinte questão norteadora: quais temáticas estão presentes na revisão de literatura que tratam sobre a Educação Ribeirinha na Amazônia?

¹ De acordo com Aragón (2018), a Amazônia é compartilhada por 9 (nove) países, entre os quais estão a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, e o Brasil, que concentra cerca (67,98%) das áreas das divisões administrativas. A Amazônia brasileira envolve 9 estados, entre os quais se encontra o estado do Pará; por isso se reporta à Amazônia paraense ao se tratar do território estudado nesta pesquisa acadêmica.

² Conforme o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010 que dispõe sobre a política de Educação do Campo.

Para o desenvolvimento do estudo, optou-se pela pesquisa de abordagem qualitativa, uma vez que “corresponde a questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro da Ciências Sociais, com os universos dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (Minayo, 2016, p. 20), o que possibilitou a elaboração da metodologia que atendeu ao objetivo da investigação.

Considerando os princípios da pesquisa qualitativa e a questão em torno do objeto de estudo, elegeu-se a pesquisa bibliográfica, para análise de documentos científicos, com intuito de selecionar os referenciais teóricos que tratam da temática. É importante destacar que no início do processo de levantamento do material fez-se necessário certificar-se se as matérias selecionadas eram de domínio público (Oliveira, 2008). Essa forma de coleta de dados está inserida no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e novos conhecimentos dos materiais publicados.

No intuito de responder à problemática apresentada, o texto foi organizado em três momentos. A primeira consiste nas características peculiares das populações que habitam na região das Ilhas, por meio do modo de vida. Posteriormente, serão apresentadas as etapas de investigação e seleção das obras relacionadas sobre a educação ribeirinha, com intuito de apontar os resultados sobre as temáticas presentes nas matérias investigadas, e por fim discorreremos sobre as principais conclusões do estudo.

A REVISÃO DA LITERATURA SOBRE A PRODUÇÃO TEÓRICA DA EDUCAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

A etapa de estudo da arte permitiu conhecer e entender a produção teórica que aborda a Educação Ribeirinha na Amazônia, pois a revisão de literatura levou a buscar e organizar as bibliografias imprescindíveis para a qualidade do projeto e da pesquisa. Sobre esse procedimento, menciona Echer (2001, p. 6):

Na revisão da literatura é imprescindível para a elaboração de um trabalho científico. O pesquisador deve acreditar na sua importância para a qualidade do projeto e da pesquisa e que tudo é aproveitável para os relatórios posteriores. Na elaboração do trabalho científico é preciso ter uma ideia clara do problema a ser resolvido e, para que ocorra esta clareza, a revisão da literatura é fundamental.

Uma revisão de literatura ampla acerca da temática escolhida constitui-se como basilar para o aprofundamento e apropriação teórica do que se deseja investigar. Neste processo de produção de conhecimento, tornou-se indispensável entender suas

características mais profundas, como descreve Kosik (1976, p. 18), pois “o conhecimento se realiza com a separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que essencial, já que só através dessa separação se pode mostrar a sua incoerência interna, e com isso o caráter específico da coisa”. Com isso, o conhecimento e o pensamento crítico são elementos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa nos aspectos qualitativos e quantitativos.

Nessa perspectiva de apropriação teórica, tem-se a necessidade de compreender os elementos que compõem as populações ribeirinhas, cuja característica principal está na relação dos sujeitos com os rios da Amazônia, como elemento fundamental para construção / reconstrução do modo de vida. Nesse contexto, a educação escolar tem a premissa de estabelecer uma interface com as questões intrínsecas à realidade, no intuito de construir um projeto educativo comprometido com a qualidade social e a garantia de direitos à população da região das Ilhas. Dessa forma a revisão da literatura sobre a Educação Ribeirinha na Amazônia se mostrou como fundamental na apropriação teórica e no desenvolvimento desta investigação proposta.

Nos últimos anos, as questões relativas à implementação da Educação Ribeirinha vêm sendo objeto de pesquisas acadêmicas e também de debates dos movimentos sociais com os representantes de governos para tratar das especificidades na região das Ilhas. Isso se dá em razão de se constituir a possibilidade de atendimento às peculiaridades dos cidadãos que vivem nesses territórios.

Dessa forma, a presente pesquisa evidencia a necessidade de compreender as políticas educacionais elaboradas pela gestão municipal para atender às demandas educativas dos povos ribeirinhos da Ilha João Pilatos do município de Ananindeua, a fim de verificar se a forma de atendimento dialoga com as peculiaridades dos povos ribeirinhos. Isso é relevante por conta de a condição ribeirinha envolver os aspectos socioculturais, religiosos, econômicos, ambientais, crenças, entre outros, que implicam a relação entre Estado e Educação, e conseqüentemente o desenvolvimento desse território, pois a educação não está isolada de outros fatores sociais.

Cabe mencionar que, em suas práticas cotidianas, os ribeirinhos apresentam formas culturais advindas dos povos indígenas, dos imigrantes portugueses, das populações nordestinas e negras (Hage, 2013). Esses saberes foram fundamentais na construção das relações com rios na atividade da pesca, peixes e mariscos, e das navegações na região. Nesse contexto, é preciso compreender o tempo da floresta para desenvolver as ações do extrativismo e da agricultura. Tal situação possui relação com o

modo de vida e a riqueza sociocultural, constituindo-se por meio da interação com os rios e as florestas, como observado nas Figuras 1 e 2:

Figura 1 - Coletas de cachos de bacaba



Fonte: Alves (2023).

Figura 2 - Atividade de pesca de mariscos



Fonte: Alves (2023)

Na Figura 1, tem-se o registro de uma atividade econômica da comunidade do Igarapé Grande, a coleta de cachos da bacaba³, em que os frutos são destinados à produção de uma bebida muito consumida na região; já a Figura 2 apresenta a atividade de pesca de camarão às margens da Ilha Viçosa. Essas características fazem parte do modo de vida dos ribeirinhos, havendo a relação entre esses sujeitos e a hidrografia da região amazônica, a qual constitui-se como o *lócus* de existência para a construção / reconstrução das relações sociais, por meio de rios, lagos, córregos, igarapés (Silva; Santos; Souza, 2016).

Dessa forma, observa-se que a população ribeirinha da Amazônia não vive somente às margens dos rios, mas se organiza em contextos bem distintos. É justamente em interface com esse contexto que se compreendem a atuação dos governantes na Amazônia e, conseqüentemente, as políticas educacionais destinadas aos ribeirinhos, bem como as mobilizações dos movimentos sociais para garantir os direitos previstos por lei. No contexto da região amazônica, observa-se uma diversidade de populações que vive nos espaços urbanos e rurais, onde

encontram-se caboclos, ribeirinhos, pescadores, extrativistas, coletores, indígenas e remanescentes de quilombos, colonos, migrantes de outras regiões brasileiras (especialmente do nordeste e do centro-sul) e estrangeiros, agricultores familiares assentados, sem-terra, sem teto, posseiros, garimpeiros, atingidos por barragens; e segmentos populares, incluindo idosos, deficientes, jovens, crianças, mulheres, negros,

³ Tipo de palmeira nativa da Amazônia que possui tronco solitário, liso, reto, podendo alcançar até 20 m de altura, tem folhas na medida de 4 a 6 m de comprimento e cachos robustos, em torno 1,5 m de comprimento, com frutos arredondados de 1,5 cm de diâmetro (Ferreira, 2005).

trabalhadores, entre outros (Hage, Silva, Santos e Souza) características próprias constituídas por meio das relações historicamente 14, p. 1178).

Essa diversidade de populações que habita os territórios da região mostra a pluridiversidade dos povos e a relação com seus espaços de existência, pois cada grupo constitui seu próprio modo de vida. Dentro do cenário amazônico, destacam-se as populações ribeirinhas, que além dessa uma forte ligação com a hidrografia, também tem características próprias constituídas por meio das relações historicamente estabelecidas, como apresentam Silva, Santos e Souza (2016, p. 5):

Do conjunto desses sujeitos sociais amazônicos, os ribeirinhos apresentam aspectos semelhantes aos povos amazônicos de produção familiar, mas também possuem características próprias surgidas a partir das relações historicamente estabelecidas entre si em contextos espaciais diversos. Para as populações ribeirinhas a hidrografia regional constitui-se como o lócus de vivência e convivência, lugar onde fazem e refazem suas relações sociais no e com os rios, lagos, córregos, igarapés e furos d'água.

As características peculiares das populações ribeirinhas são fundamentais para o modo de produção da vida, social, ambiental, cultural e econômica. Daí a necessidade de se implementarem ações educativas que considerem os bens-viveres para garantia da dignidade dos diversos povos da região das Ilhas. Dessa forma, as escolas existentes têm um papel fundamental de valorizar os aspectos socioculturais e os conhecimentos das crianças, jovens, adultos e idosos relacionados à natureza amazônica. Por tudo isso, há especificidades, marcas e ações pedagógicas que devem ser articuladas ao modo de viver ribeirinho.

Nesta perspectiva, os conhecimentos produzidos da interrelação entre sujeito/natureza precisam ser acolhidos nas ações pedagógicas e nas intenções de ensino escolar. Para Carmo (2019), é necessário reconhecer as identidades e a trajetória de luta das organizações sociais, tendo a educação a responsabilidade política e pedagógica de compreender as condições sociais de existência em dado tempo histórico, bem como de provocar ações coletivas que atendam aos interesses do grupo social.

Apesar da importância do papel da educação escolar no reconhecimento das diversidades desses territórios, observa-se que políticas educacionais têm sido predominantemente pautadas no modelo urbanocêntrico, com conteúdo curricular desarticulado do modo de vida do ribeirinho. Nessa lógica, não se discutem com os membros da escola os problemas e os interesses da comunidade local, o que promove o silenciamento das vozes desses sujeitos. Tal modelo educacional fortalece o movimento

de êxodo rural dos seus lugares de origem para as periferias dos centros urbanos, onde a maioria vive em habitações precárias e detém uma renda mínima para sua sobrevivência.

Não é exagero então falar que as ações pedagógicas destinadas aos povos das águas costumam silenciar o mundo ribeirinho (Santomé, 1998). Isso evidencia como as intenções educativas estão voltadas para atender aos interesses políticos e econômicos do governo. Segundo Coelho, Santos e Silva (2015), a educação destinada aos povos das águas pouco se distingue do modo como a educação é desenvolvida na cidade, destacando apenas diferenças mais expressivas no tocante à organização do ensino, como o fato de parte das escolas funcionar com turmas multisseriadas, em que um conjunto de séries/anos estão organizados em uma única sala de aula. Daí a importância de romper essa concepção de educação generalizante e construir propostas educativas que valorizem o conhecimento de mundo dos povos ribeirinhos.

Ainda no intuito de compreender o contexto amazônico, percebeu-se a importância de trazer uma breve análise dos conceitos que envolvem as populações dessa região, produzidos e reproduzidos historicamente pelo sistema capitalista para atender aos interesses políticos e econômicos, de modo que o conceito de ribeirinho será delineado no decorrer do desenvolvimento dessa pesquisa.

Dentro dessa premissa, cabe destacar como o conceito de caboclo configura-se historicamente como estereótipo de “preguiça” ou “inaptidão civil”, ou seja, uma criatura rural, denominado de matuto e caipira, sendo responsabilizado por manter o processo econômico obsoleto, conceituação que precisa ser desmistificada e seu caráter ideológico/preconceituoso, denunciado veementemente. Isso, porque esse estereótipo foi construído pelos mecanismos ideológicos, políticos e econômicos do modo de produção capitalista para exploração do território amazônico. Como afirma Brondizio (2006, p. 191 apud Vasconcelos; Albarado, 2015, p. 26), este “[...] Representou ao mesmo uma ‘degeneração cultural’ e o símbolo da negligência do governo com respeito a um tipo social, simultaneamente vítima e perpetuadora do subdesenvolvimento brasileiro”.

Apesar de o termo caboclo datar do século XIX e início do século XX, observa-se ainda a presença desse conceito nos dias atuais, nas concepções culturais e econômicas, deixando a população cabocla ou ribeirinha numa condição de invisibilidade (VASCONCELOS, 2017). Nesse cenário, as comunidades ribeirinhas da Amazônia eram tidas como atrasadas, criando-se uma visão de que as transformações socioeconômicas não atingiriam os modos de vida das comunidades. Tais conceitos foram produzidos pelo capitalismo e estão diretamente relacionados à lógica do capital das empresas instaladas

na região, que primam pela acumulação do lucro por meio exploração da força de trabalho do caboclo e destruição dos recursos naturais da região.

Diante do contexto histórico que envolve a palavra caboclo, adota-se nesta pesquisa o termo ribeirinho que, de acordo com Chaves (2001, p. 72), são sujeitos sociais que vivem

[...] em agrupamentos comunitários com várias famílias, localizados, como o próprio termo sugere, ao longo dos rios e seus tributários (lagos). A localização espacial nas áreas de várzea, nos barrancos, os saberes sócio-históricos que determinam o modo de produção singular e o modo de vida no interior das comunidades ribeirinhas concorrem para a da identidade sociocultural desses atores.

Dessa forma, a autora menciona que a formação desses atores sociais perpassa por diversos fatores ocorridos ao longo da história, com suas diferenças intrarregionais e que, impulsionados pelo declínio de prática das atividades de produção da borracha na região Amazônia, levaram o grupo social a reconstruir um modo particular de organização a partir das relações estabelecidas com a natureza e o movimento dos rios.

Ainda sobre a terminologia ribeirinho, tem-se no Dicionário *Online* de Língua Portuguesa (Ribeirinhos, [2021], on-line) a referência àquele que se encontra próximo de um rio ou ribeiro, marginal, justafluvial. Essa determinação informa que a condição ribeirinha tem como premissa a relação com o rio para sua existência, dentro também de uma condição de subjetividade. Cabe mencionar que em determinados territórios existem comunidades ribeirinhas que desenvolvem uma relação com a terra (agricultura e extrativismo), como é o caso dos moradores que residem na Ilha João de Pilatos, conforme registro da Figura 3:

Figura 3 – Colheita do fruto da abacaba



Fonte: Alves (2023).

O registro da Figura 3 demonstra a atividade de extrativismo do fruto da bacaba, desenvolvida pelos moradores da comunidade do Igarapé Grande. Uma situação que envolve os ribeirinhos é a falta de unanimidade entre os autores ao se tratar do

campesinato, pois alguns situam essa população no tradicional e outros, no contemporâneo, sendo importante frisar que nos territórios amazônicos existe uma confluência dos dois elementos, uma vez que nem sempre o ribeirinho de atividade econômica de subsistência a realiza como uma escolha, mas a desenvolve pela ausência de políticas públicas.

AS ETAPAS DE INVESTIGAÇÃO E SELEÇÃO DAS OBRAS REFERENTE A EDUCAÇÃO RIBEIRINHA NA AMAZÔNIA

No intuito de tentar responder à questão-problema e atender ao objetivo da presente investigação, foram realizadas inicialmente as etapas de investigação e seleção das obras relacionadas à temática da “Educação Ribeirinha na Amazônia”. Nesta etapa de investigação e seleção das obras, foi escolhido o Portal de Periódicos da CAPES, por possuir um enorme acervo científico virtual do Brasil, com aproximadamente 50 (cinquenta) mil periódicos contendo conteúdos produzidos no país e “outros assinados com editoras internacionais” (CAPES, 2022). As obras cadastradas no portal podem contribuir com a produção de novos conhecimentos dentro e fora do território brasileiro. Nesse momento de seleção das obras, foi selecionado também o portal da BDTD, que reúne os textos de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas em programas de pós-graduação das instituições de ensino do país.

É importante destacar que, em virtude do cenário de pandemia do COVID-19, foi utilizado o acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (CAFE), que possibilitou a investigação dos conteúdos inseridos no Portal de Periódicos disponibilizado pela UFPA, garantindo o acesso às informações para qualificar a reelaboração do projeto e permitir distanciamento social necessário para a preservação da vida. É importante ressaltar que o processo de revisão de literatura aprofundou o campo teórico da temática em questão, pois as análises empreendidas nos livros, artigos, dissertações e teses evidenciaram as investigações acadêmicas desenvolvidas no território amazônico.

A fase de levantamento de periódicos no *site* da CAPES e das produções de pesquisa no *site* da BDTD buscou identificar materiais com a temática “Educação Ribeirinha na Amazônia”, no período de 2001 a 2021, com acesso ocorrendo no período dia 4 de setembro a 10 de outubro de 2021.

Primeiramente, a investigação empreendida no *site* da CAPES teve o resultado de 109 (cento e nove) publicações, como demonstrado na demonstrado na Tabela 1:

Tabela 1 - Demonstrativo de produções selecionadas na revisão de literatura

Tipos de reprodução	Quantitativo
Dissertação	63
Teses	41
Livros	5
Total de produtos	109

Fonte: Elaborada pela autora a partir da pesquisa bibliográfica.

Após os resultados obtidos no site da CAPES, ocorreu a seleção das publicações acerca da temática Educação Ribeirinha na Amazônia. Assim, houve a leitura dos títulos, resumos e palavras-chave, o que possibilitou a análise cuidadosa para as escolhas dos artigos, e a prudência na exclusão dos textos que não apresentavam articulação com a proposta da pesquisa. Na continuidade do levantamento bibliográfico sobre Educação Ribeirinha na Amazônia, foi utilizado o *site* da BDTD, no qual foi possível identificar 41 (quarenta e uma) teses e 64 (sessenta e quatro) dissertações, totalizando 105 (cento e cinco) publicações, que foram subdivididas em 2 (duas) tabelas, uma com destaque para as temáticas mais abordadas, e a outra com os assuntos que tiveram poucas pesquisas acadêmicas.

Após a fase de levantamento desses trabalhos no *site* BDTD, buscou-se identificar as temáticas relacionadas com a “Educação Ribeirinha na Amazônia” e selecionar os trabalhos que contribuiriam para a elaboração e execução da pesquisa, como demonstrado na Tabela 2, a seguir:

Tabela 2 - Temáticas mais abordadas nas dissertações e teses quando utilizadas as palavras: Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021)

	Temáticas	Dissertações	Teses
01	Políticas públicas	17	14
02	Representação cultural e social	07	06
03	Currículos e Saberes	09	05
04	Docência e formação de professores	05	04
07	Práticas de ensino	14	03
08	Tecnologia	04	02
	Total	56	34

Fonte: Alves (2023)

Conforme a Tabela 2, nas dissertações e teses do período selecionado, destacam-se as políticas públicas no campo da saúde, saneamento básico, segurança, economia e principalmente educação, com um total de 31 (trinta e uma) pesquisas. Isso demonstra a importância da elaboração e execução de ações públicas nas diversas áreas da região amazônica. Na Tabela, estão presentes as temáticas de representações cultural e social, de currículo e saberes, de docência e formação de professores, e de práticas de ensino. Na maioria das escolas existentes na região das Ilhas, constam projetos educativos descontextualizados, condições precárias de infraestrutura dos prédios escolares, e dificuldades de acesso e permanência no ambiente escolar. Esse cenário demonstra que a maioria dos governos está alinhada aos interesses econômicos das grandes empresas, deixando de garantir os direitos dos povos ribeirinhos.

Isso evidencia os avanços das pesquisas acerca do debate e a celeridade da reflexão do cenário educativo, conforme existente na região das Ilhas, pois

A realidade escolar de muitas comunidades ribeirinhas ainda está longe de uma educação vinculada à cidadania, melhoria da qualidade de vida e o respeito à diversidade cultural, já que muitas comunidades vivenciam histórias de alijamentos culturais e exclusões sociais, bem como negação de direitos à educação, saúde, saneamento básico, dentro outros (Vasconcelos; Albarado, 2015, p. 10).

Daí a importância da superação de uma educação pautada em práticas pedagógicas generalizantes, que têm sido desastrosas às populações ribeirinhas, por não considerarem o acervo cultural produzido na região. Além disso, os conteúdos de ensino se apresentam descontextualizados da realidade amazônica e, como afirma Luz (2017, p. 10), mesmo quando esses saberes e experiências são incorporados, em geral, não têm força e significância, pois

Quando se trata do cenário ribeirinho, podem-se perceber intensos desafios referentes à educação, como problemas de inclusão social, dificuldades encontradas na adaptação com a sala de aula ao sair da universidade, sendo que está, na maioria das vezes é apenas um instrumento para a teoria, carência nos materiais pedagógicos, e os grandes problemas de estrutura física, pois é notório perceber esses fatores com mais intensidade no contexto ribeirinho devido ao descaso do poder público, no qual os mesmos não investem ativamente em políticas públicas voltadas para essa realidade, e o acesso a determinadas comunidades também dificulta a chegada dos poucos investimentos do governo.

Diante desse debate acerca das questões educacionais, Caldart (2009) afirma a importância da escola como um espaço de luta para a garantia de direitos. Para isso, é preciso romper a lógica constitutiva e de um simples projeto educativo. Dessa maneira,

as unidades educacionais devem se envolver na luta pelo acesso dos sujeitos ao conhecimento produzido na sociedade, problematizando-o, a fim de que se percebam como produtores de conhecimento. Para Silva, Santos e Souza (2016), é preciso fortalecer a construção da identidade coletiva, respeitando-se as diferentes culturas, a fim de mostrar à comunidade que o território onde vive tem importância econômica, cultural, ambiental e política.

Ainda se tratando da revisão de literatura sobre Educação Ribeirinha na Amazônia, não se podem deixar de mencionar as temáticas pouco abordadas nos trabalhos acadêmicos, como se observa na Tabela 3, a seguir:

Tabela 3 - Temáticas pouco abordadas nas dissertações e teses quando utilizadas as palavras Educação Ribeirinha na Amazônia no site BDTD (2001-2021)

	Temáticas	Dissertações	Teses
01	Educação Infantil	02	01
02	Educação Inclusiva	02	02
03	Educação Ambiental	03	03
04	Educação do Campo	01	01
Total		08	07

Fonte: Alves (2023).

A elaboração dessa tabela teve a intenção de provocar um conjunto de reflexões diante do pequeno quantitativo de trabalhos acadêmicos sobre as temáticas ora mencionadas, pois há somente 12 (doze) trabalhos no universo de 105 (cento e cinco) dissertações e teses que foram analisadas no site BDTD.

Tal situação aponta para a necessidade de ampliação de pesquisas que tratem da Educação Infantil nos contextos dos territórios das crianças ribeirinhas, como abordam Moreira, Rosa e Oliveira (2017, p. 173),

Quando pensamos em educação infantil como direito social fundamental para as crianças camponesas, não estamos falando apenas de construir creches e pré-escolas com a proposta pedagógica desenvolvida no meio urbano. Significa assegurar uma educação infantil que contemple as especificidades do modo de vida camponesa e que não seja construído para, mas que seja construída com os camponeses e que seja ofertado perto ou na comunidade onde moram as crianças.

Para além das pesquisas destinadas à primeira etapa da Educação Básica, também há necessidade de tratar das questões que envolvem a educação inclusiva, no que tange a acesso, mobilidade dos espaços escolares e atendimento especializado, à educação ambiental crítica e, por fim, à Educação do Campo para os povos da Amazônia. Neste sentido, as políticas educacionais devem atender às demandas da população que frequenta a escola pública e superar a organização de ensino “aligeirado” e excludente, criado para atender às camadas populares com a finalidade de negar aos sujeitos uma educação contextualizada e de princípios emancipatórios. Somente dessa forma será possível proporcionar uma educação com relevância social e a qualidade de ensino na comunidade local.

Após essa etapa, foi possível selecionar 12 (doze) trabalhos para subsidiar a análise dessa pesquisa. Posteriormente à etapa da revisão da literatura, foi necessária a elaboração de um referencial teórico para (re)construir conceitos, nortear e fundamentar a pesquisa empreendida. Para tanto, os referenciais selecionados são autores que tratam de política educacional, Educação Ribeirinha na Amazônia, Educação do Campo, entre outros temas indispensáveis para o desenvolvimento deste trabalho.

Nas reflexões e análises sobre a política educacional, destacam-se os pressupostos de Marques e Santos (2017), Martins (2019), Libâneo (2012), Souza e Cunha (2016), Saviani (1983, 2011), que traduzem a importância no campo da pesquisa. No debate das políticas educacionais direcionadas aos sujeitos da região amazônica, com destaque aos povos das águas, observou-se a necessidade de fundamentar os estudos da Educação Ribeirinha na Amazônia nas contribuições de Hage (2005, 2014), Silva, Santos e Souza (2016), Vasconcelos e Albarado (2015), e Santos (2014), que foram indispensáveis para reflexão sobre a temática em questão. Na direção das políticas educacionais e as populações ribeirinhas, faz-se necessário o aporte teórico da Educação do Campo, com as reflexões de Caldart (2009), Molina (2006), Kolling, Cerioli e Caldart (2002), e Arroyo e Fernandes (1999), como referências que promovem a condução da pesquisa em questão. Cabe destacar que as referências teóricas definidas dialogam com as temáticas propostas nesta investigação, e que sua organização possibilitou o direcionamento dos estudos e a construção do texto da dissertação.

Na continuidade das análises e inferências a respeito do objeto de pesquisa, foi necessário realizar levantamento para a seleção de materiais que tratam da temática da Educação Ribeirinha em Ananindeua, bem como de documentos específicos das políticas educacionais deste município paraense. O acesso aos materiais aconteceu de forma

presencial no Conselho Municipal de Educação e na Secretaria Municipal de Educação, além de via rede de internet aos *sites* das Instituições. Dessa forma, foram selecionados 5 (cinco) documentos, os quais foram organizados no âmbito normativo e orientadores para fins de organização e análise das informações contidas nos mesmos, como descrito no Quadro 1:

Quadro 1 - Documentos normativos e orientadores

	Tipos de documentos	Documentos	Descrição
01	Normativos	RESOLUÇÃO nº 005/2017 – CP, Ananindeua, 27 de abril de 2017.	Estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino
02	Normativos	RESOLUÇÃO nº 040/2015 – CP Ananindeua, 05 de novembro de 2015	Estabelece diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências.
03	Normativos	Plano Municipal de Educação de Ananindeua, aprovado mediante Lei nº 2.729, de 18 de junho de 2015.	Nortear as políticas públicas educacionais no período de 10 anos (2015-2025).
04	Orientadores	Diretrizes Curriculares Municipais para Educação Infantil e Ensino Fundamental.	Estabelece os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos municípios de Ananindeua.
05	Orientadores	Plano Plurianual do período de 2018 a 2021, aprovado por meio da Lei nº 2.906 de 23 de novembro de 2017	Institui o Plano Plurianual do Município de Ananindeua para o período 2018-2021

Fonte: Elaborado pela autora.

A seleção destes documentos possibilitou o acesso às informações normativas e orientadoras do objeto a ser pesquisado, bem como auxiliou no debate acerca da Educação Ribeirinha na Amazônia. Ainda a respeito dessa discussão, faz-se necessário o entendimento não só das intenções das políticas de governo destinadas à Amazônia, como também da importância das diretrizes da Educação do Campo para os povos que habitam esse território, em especial os povos das águas, questões que serão tratadas posteriormente.

A produções acadêmicas evidenciaram a existência de uma Educação na Amazônia permeada de diversidade e complexidade (Silva; Santos; Souza, 2016; Hage, 2014; Santos, 2014). Essa diversidade cultural e social se configura pelas populações que compõem a região (Vasconcelos; Albarado, 2015), entre as quais estão as populações ribeirinhas, que expressam um conjunto de experiências e saberes construídos a partir da convivência com o rio e o seu território. Para apreender a complexidade das práticas

sociais e culturais, faz-se necessário haver a construção do diálogo com os sujeitos, o reconhecimento dos saberes, e a luta política pela garantia de direitos dos sujeitos amazônicos. Dessa maneira, os processos educacionais devem reconhecer a diversidade presente nos espaços educativos ribeirinhos da região.

ELEMENTOS CONCLUSIVOS DA PESQUISA

Os produtos analisados mencionam que as políticas educacionais desenvolvidas na Amazônia estão inseridas nos cenários de disputas, tendo um modelo centrado nos interesses do capital, o qual fomenta a exploração/destruição do meio ambiente e dos povos que habitam o território, delineando ações individualistas em prol das propriedades privadas. No intuito de atender às premissas do mercado capitalista, a educação assume a função de produzir mão-de-obra destinada às indústrias instaladas na região, o que, segundo Cristo (2007) e Pinheiro (2009), enquadra as escolas dentro de uma proposta curricular generalizante, de visão urbana, descontextualizada e sem condições mínimas de funcionamento.

Para contrapor-se a esse modelo imposto pelo capital, diferentes grupos sociais e trabalhadores da educação, por meio do Movimento de uma Educação do Campo, têm defendido uma educação que respeita a diversidade do campo, incentivando a formulação de projetos pedagógicos específicos que primam pelo reconhecimento das vozes, histórias e lutas das populações amazônicas (SILVA; SANTOS; SOUZA, 2016). A educação fruto do diálogo dos movimentos sociais defende os direitos dos povos do campo e a preservação do meio ambiente, com a proposta de uma outra sociedade que respeite as identidades dos sujeitos mediante a permanência da organização sociocultural.

A respeito das normativas que versam sobre a garantia de direitos à diversidade, as produções acadêmicas destacaram a Lei nº 9.394/1996, e a importância da aprovação Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, mediante a Resolução nº 01/2002 do CNE (BRASIL, 2002), por se tratar de uma normativa na conquista do campo das políticas educacionais. Isso, porque as entidades sociais provocaram as secretarias estaduais e municipais a elaborarem ações educativas em consonância com as realidades dos povos das florestas, dos campos e das águas.

Na direção das políticas educacionais para a garantia do direito à educação das crianças para Ensino Fundamental, foram evidenciados: a Lei nº 11.274/2006, que amplia de 8 para 9 anos o tempo de estudo, a partir dos 6 anos de idade; o Decreto nº 6.094/2007, que dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela

Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, que estabelece no II, do artigo 2º, “alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, aferindo os resultados por exame periódico específico” (BRASIL, 2007, p. 1).

No contexto das políticas educacionais, o novo PNE, disciplinado pela Lei nº 13.005/2014, apresenta na meta 05 “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do Ensino Fundamental” (BRASIL, 2014). No atendimento à população do campo, pontua, na estratégia 5.5, “apoiar a alfabetização de crianças do campo, indígenas, quilombolas e de populações itinerantes, com a produção de materiais didáticos específicos, [...]” (BRASIL, 2014). Cabe destacar que o Plano Estadual de Educação do Estado do Pará, regido pela Lei nº 8.186/2015 (PARÁ, 2015), e o Plano Municipal de Educação de Ananindeua, aprovado mediante Lei nº 2.729, de 18 de junho de 2015 (ANANINDEUA, 2015a), estão alinhados ao documento nacional em relação à meta 05. Na análise da estratégia, o PEE do Pará propõe estrategicamente efetuar a ampliação do instrumento de avaliação estadual periódico e específico, com intuito de aferir a alfabetização das crianças anualmente, e estimular as escolas a criarem seus próprios instrumentos de avaliação e monitoramento, com medidas pedagógicas que possibilitem a alfabetização até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental (PARÁ, 2015).

Na análise do Plano Municipal de Educação de Ananindeua, especificamente sobre as políticas educacionais do Ensino Fundamental de anos iniciais destinadas às comunidades ribeirinhas, constatou-se na Meta 05 a ausência de estratégias específicas de alfabetização das crianças que habitam as regiões das águas, além de estimular o sistema de avaliação e monitoramento de ações generalizantes, não atendendo à identidade dos sujeitos que habitam as Ilhas.

Cabe frisar que, no Art. 3º do Decreto nº 6.094/2007, o desenvolvimento da Educação Básica será aferido por meio do Índice de Educação Básica (IDEB), divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O índice educacional envolve o rendimento escolar, resultante do desempenho dos alunos, censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Esse IDEB se torna um indicador sintetizador de informações de desempenho de aprendizado com base em exames padronizados e generalizantes que não consideram as especificidades dos territórios e negam o direito à educação na diversidade dos povos habitantes do país.

No cenário das políticas generalizantes, foi mencionado nas pesquisas acadêmicas que a maioria das escolas do campo desenvolve o modelo educacional urbano, marcado por metodologia inadequadas e uma concepção educativa direcionada ao mercado de trabalho (Bittar, 2012). Dentro da concepção minimalista, observa-se que as escolas ribeirinhas enfrentam diversos problemas de acesso ao ensino escolar, situações de transporte escolar com embarcações sem colete salva-vidas e ausência da proteção dos motores, e infraestrutura precária do prédio escolar e do mobiliário existente nas unidades de ensino. Há que mencionar como a maioria dos espaços educativos ribeirinhos não possui laboratórios, bibliotecas, recursos eletrônicos, e sala para o atendimento especializado. Além disso, há dificuldades de acesso à energia elétrica, precariedade do abastecimento de água e das condições sanitárias.

As condições de atendimento resultam em evasão escolar, altas taxas de analfabetismo, distorção idade-ano e dificuldades no processo de aprendizagem. Para a garantia dos direitos aos povos ribeirinhos é necessário um conjunto de estratégias e planejamentos educativos que considerem a dinâmica dos rios nos períodos de enchente, cheia, vazante e seca, pois o movimento das águas configura o modo de vida das populações ribeirinhas, as atividades econômicas e a diversidade sociocultural. Nesta perspectiva de tempo, Porto-Gonçalves (2017, p. 38) corrobora que “a visão unilinear do tempo silencia outras temporalidades que conformam o mundo simultaneamente [...]. O mundo não tem um relógio único”, ou seja, é imprescindível o reconhecimento das múltiplas temporalidades dos diversos territórios. Daí a importância das políticas educacionais e as práticas curriculares garantirem as identidades econômica e sociocultural da região.

REFERÊNCIAS

ANANINDEUA (Pará). **Lei Municipal nº 2.729, de 18 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015a.

ANANINDEUA (Pará). **Plano Municipal de Educação de Ananindeua**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015b.

ANANINDEUA (Pará). **Resolução CP nº 040/2015, de 5 de novembro de 2015**. Estabelece diretrizes curriculares e procedimentos normativos para a Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2015c.

ANANINDEUA (Pará). **Resolução CP nº 005/2017, de 27 de abril de 2017**. Estabelece normas para regulação e avaliação de instituições de Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2017a.

ANANINDEUA (Pará). **Plano Plurianual 2018 - 2021**. Ananindeua: Prefeitura Municipal, 2017b.

ARAGÓN, L. E. A dimensão internacional da Amazônia: um aporte para sua interpretação. **Rev. NERA**, Presidente Prudente, ano 21, n. 42, p. 14-33, 2018.

ARROYO, M. G.; FERNANDES, B. M. **A Educação Básica e o movimento social do campo. Brasília**: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999.

BITTAR, M. **Educação Brasileira no Século XX: um balanço crítico**. In: Lombardi, J. C.; Hayashi, C. M.; Ferreira Jr, A. (Org.). **A educação brasileira no Século XX e as perspectivas para o século XXI**. Campinas: Editora Alínea, 2012. p. 79-106.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [1996]. Disponível em: <tinyurl.com/2p8ztrvf>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: <tinyurl.com/2p8vppzn>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. **Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF: MEC; SECAD, 2002.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da Educação Básica. Brasília: Presidência da República, [2007].

BRASIL. **Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília: Presidência da República, [2010a].

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [2014]. Disponível em: <tinyurl.com/2p9e8e4a>. Acesso em: 10 de set. 2021.

BRONDIZIO, E. S.; SIQUEIRA, A. D. O habitante esquecido: o caboclo no contexto amazônico. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, p. 187-192, jan./jun. 1992.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, jun. 2009.

COELHO, W. N. B.; SANTOS, R. A.; SILVA, R. M. N. B. **Educação e diversidade na Amazônia**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Quem somos. **CAPES**, [on-line], [2022]. Disponível em: <<https://tinyurl.com/23ewjxsd>> Acesso em: 9 jun. 2022.

CRISTO, A. C. P. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha**: estudo do currículo, imagens, saberes e identidades em uma escola do município de Breves/Pará. 2007. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

ECHER, I. C. A revisão de literatura na construção do trabalho científico. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 22, n. 2, p. 5-20, jul. 2001.

FERREIRA, M. G. R. **Bacaba(Mart.)**. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2005.

HAGE, S. M. **Educação do Campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gutemberg, 2005.

HAGE, S. M. Apresentação. ABREU, W. F; OLIVEIRA, D. B; SILVA, E. S. (Org.). **Educação ribeirinha**: saberes, vivências e formação no campo. 2. ed. Belém: GEPEIF-UFPA, 2013. p. 9 -11.

HAGE, S. M. Transgressão do paradigma da (multi)seriação como referência para a construção da escola pública do campo. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 129, p. 1165-1182, out./dez. 2014.

KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: declaração 2002. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo**: identidade e políticas públicas. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 11-17.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LIBÂNEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012.

LUZ, T. R. Construção e resistência da educação ribeirinha: Análise da Escola Municipal Anjo da Guarda, Localizada no Rio Maracapucu-Miri, Abaetetuba- PA. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8.; SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: Coletivo Encontra, 2017.

MARQUES, H. J. M.; SANTOS, F. A. A qualidade da educação como prioridade da agenda pós-2015: mais do mesmo? In: REUNIÃO NACIONAL ANPED, 38., 2017, São Luís. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPED, 2017.

MARTINS, M. B. A. A discussão de políticas educacionais no interior da escola. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, e240046, 2019.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. p. 9-30.

MOLINA, M. C. 13 Desafios para os educadores e as educadoras do Campo. In: KOLLING, E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. p. 24-30.

MOLINA, M. C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOREIRA, E. S.; ROSA, G. M.; OLIVEIRA, I. F. **Educação infantil no campo e os avanços no aspecto legal: reconhecimento da educação como direito social para as crianças camponesas**. Revista Brasileira de Educação do Campo, Tocantinópolis, v. 2, n. 1, p. 163-183, jan./jun. 2017.

OLIVEIRA, M. M. Como fazer pesquisa qualitativa. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008.

PARÁ (Estado). **Lei nº 8.186, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Pará. Belém: Alepa. 2015.

PINHEIRO, M. S. D. **Currículo e seus significados para os sujeitos de uma escola ribeirinha multisseriada do município de Cametá**. 2009. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

RIBEIRINHOS. In: DICIO: Dicionário Online de Português, [on-line], [2021]. Disponível em: <tinyurl.com/ar8rukuv>. Acesso em: 20 out. 2021.

SANTOS, J. **Populações ribeirinhas e Educação do Campo: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012**. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, J. B.; SANTOS, J.; SOUZA, N. S. D. Escola básica e comunidades ribeirinhas em Belém, Estado do Pará: Problemas e Perspectivas. **Kompetenznetz Lateinamerika Working Paper Series**, n. 18, 2016.

SOUZA, M. F. M.; CUNHA, C. O fracasso escolar e suas implicações na formação integral na escola básica. In: CUNHA, C.; JESUS, W. F.; SOUZA, M. F. M. (Org.). **Políticas de Educação: cenários globais e locais**. Brasília: Unesco; Liber Livro, 2016. p. 195-228.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Instituto de Estudos Avançados. **Diagnósticos e propostas para a Educação Básica Brasileira**. São Paulo: IEAUSP, 2018. Disponível em: <tinyurl.com/yy3enyq4>. Acesso em: 10 set. 2020.

VASCONCELOS, G. T. B. **Educação Básica Ribeirinha: um estudo etnográfico na Região Amazônica**. 2017. 178 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2017.

VASCONCELOS, M. E. O.; ALBARADO, E. C. **Identidade cultural ribeirinha e práticas pedagógicas**. Jundiá: Paco Editorial, 2015.